



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

PANORAMA DOS NÚCLEOS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Mirtes Cabral Ribeiro - UPE

RESUMO

Este estudo propôs apresentar um panorama do que se tem investigado sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior a partir das produções acadêmicas voltadas para o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão e seus congêneres no contexto das universidades. Foi realizado um levantamento e revisão das pesquisas acerca do objeto de estudo, numa perspectiva metodológica de 'Estado de conhecimento' sobre teses e dissertações, produzidos no país. A busca pelas produções acadêmicas, vinculadas aos Programas de Pós-Graduação realizada no recorte temporal de 2010 a 2022, por meio de pesquisa pelo Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), resultou o total de 37 estudos. O estudo evidenciou questões problemáticas comuns em seus vários espaços denominados de núcleos, centros. Porém, essas questões embora à primeira vista pareçam semelhantes o contexto em que elas se apresentaram depende de como os núcleos/centros estão organizados, sistematizados, além de que alguns estudos mostraram-se voltados muitas vezes a um dos contextos, ainda observa-se a falta de diálogo entre os diversos setores/departamentos que discutam e se voltam para esse conjunto de questões que muitas vezes se mostram pulverizadas.

Palavras-chave: Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, Programa Incluir, Educação Especial.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva como modalidade integrante do sistema educacional brasileiro tem como finalidade assegurar as condições necessárias para uma educação de qualidade, igualitária e que atenda às reais necessidades educacionais de estudante público da Educação Especial. Para se alcançar uma universidade inclusiva é importante pensar em estratégias para que tais estudantes tenham acesso a todas informações e conhecimentos e pensar nas mudanças necessárias advindas com esta nova perspectiva de educação.

Foi a partir da década de 1990, que a legislação brasileira iniciou lançando propostas de Educação Inclusiva possibilitando às pessoas com deficiências concluir seu percurso educacional na Educação Básica e ingressarem no Ensino Superior.

Entretanto, as Instituições de Ensino superior têm encontrado muitas dificuldades que vão desde o preconceito velado, da falta de acessibilidade física, da inadequação curricular, até à invisibilidade desse público da Educação Especial nos seus espaços. Somado a isso, destaca-se a ausência de atendimento educacional especializado que possibilite o acesso ao currículo e que atenda as reais necessidades dos referidos estudantes.



XXII ENCONTRO NACIONAL de Movimento pela Implementação do Atendimento Educacional Especializado

encontra-se retratado historicamente na legislação educacional e documentos oficiais brasileiros (Portaria nº 3.284/2003; Decreto nº 6.571/2008; Decreto 7.611/2011), culminando na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida.

Entretanto, a criação dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão e seus congêneres nas Instituições de Ensino Superior (IES) é recente, devido à especificidade que requer, desde de profissionais habilitados como os variados recursos para instrumentalizá-lo. Embora, a implantação dos núcleos via editais de concorrência, implantado a partir do ano de 2005, tenha favorecido apenas as Instituições federais de Ensino Superior, ficando as universidades estaduais a cargo ao governo que a regem, porém essa iniciativa fez com que as demais Instituições começassem a ter ações para minimizar as barreiras, principalmente as arquitetônicas.

Deste modo, objetivando aprofundar os conhecimentos acerca dos Núcleos de Acessibilidade e Inclusão no Ensino Superior, realizamos um estudo bibliográfico do tipo “Estado do Conhecimento”, que consiste em levantamentos sistemáticos sobre algum conhecimento a partir da identificação, registro, categorização que levem a reflexão e síntese do que foi produzido cientificamente de uma determinada área e de um determinado período de abrangência (Morosini e Fernandes, 2014).

METODOLOGIA

Para apresentar um panorama do que se tem investigado sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior, assim como, as compreensões e lacunas evidenciadas nesse contexto, se propôs a investigar sobre o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão e seus congêneres no contexto das universidades, a partir da análise dos objetivos e dos resultados de pesquisas nacionais.

Nessa direção, para realização do levantamento e revisão das pesquisas acerca do objeto de estudo, utilizou-se da metodologia “Estado do conhecimento”, que permite que seja realizado um estudo delineado em torno de uma temática e de um recorte temporal e espacial para se debruçar sobre as produções existentes nesse domínio.

Para identificação e seleção dos estudos de forma delimitada, elegemos como descritores de buscas a combinação dos termos “núcleos + acessibilidade”. Deste modo, utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal

de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para seleção das publicações, por se tratar de um acervo brasileiro de acesso livre.

Para a coleta de dados fez-se necessário propor um recorte temporal a partir de 2010 a 2022 para que a escolha tornasse o objeto de pesquisa viável, uma vez que tomamos como marco a criação do Programa Incluir (2005) quando se propôs a implantação de Núcleos de Acessibilidade e Inclusão nas Instituições de Ensino Superior, e com isso o espaço de cinco anos favoreceria, para as publicações das produções acadêmicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca pelas produções acadêmicas, vinculadas aos Programas de Pós-Graduação realizada no recorte temporal de 2010 a 2022, resultou o total de 37 estudos. Para melhor compreensão e clareza do cenário das trinta e sete pesquisas selecionadas, apresentaremos, inicialmente na tabela 1 a seguir, o tipo de pesquisa e o período as quais foram apresentadas.

Tabela 1: Descrição dos tipos de pesquisas e s seus respectivos períodos

Capes	Tipo de estudo		Período			
	D	T	2005-2010	2011-2015	2016-2020	2021-2022
BDTD	19	3	1	4	11	6
Catálogo	13	2	1	---	7	7

No período delimitado (2005 - 2022) para este estudo, percebemos um maior número (dezoito) de produções no período de 2016-2020, correspondente a estudos desenvolvidos após 10 anos da implantação do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), concebido a partir de 2005, através de publicações de editais com a finalidade de criação, reestruturação dos Núcleos de Acessibilidade (NA) nas Instituições Federais de Ensino Superior. Vale destacar que o estudo de Souza (2010) foi primeiro que teve como objetivo analisar o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir) a partir dos editais lançados entre os anos 2005 e 2009.

A partir da identificação das produções acadêmicas foi realizada uma leitura dos resumos e agrupadas em categorias temáticas, são elas: I - Políticas públicas/Acessibilidade e Permanência (12); II- Atuação/Serviços/AEE (11); III- Programas Incluir-Prouni-Reuni (05); IV- Educação Especial/Deficiências (06); V- Perfil profissional (01) e VI- EaD (01).

Neste trabalho será destacado apenas a Categoria I – Políticas públicas/Acessibilidade e permanência, uma vez que teve maior número de pesquisas (12). Nesta direção, há uma ênfase nas produções sobre a importância da criação, implantação e implementação dos núcleos de



XXII ENCONTRO NACIONAL DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PARA SEUS CONGÊNERES

acessibilidade e inclusão, embora as investigações tenham mais como propósitos avaliar a própria instituição quanto a realização das políticas públicas, os resultados se aproximaram, tanto nos aspectos positivos quanto os negativos.

Partindo para as similaridades dos estudos destacamos aqueles que nos resultados evidenciaram a importância da criação dos núcleos de acessibilidade e inclusão como parte da política pública voltada para a educação inclusiva no ensino superior (Santana, 2016; Pereira, 2017; Luz, 2018; Brasil, 2019; Borba, 2021; Costa, 2021; Domingues, 2021).

Em contraponto, para compor essa categoria, foram encontrados três estudos que apresentaram resultados preocupantes devido as dificuldades da implantação das políticas públicas de acessibilidade de inclusão (Reis, 2010; Souza, 2019; Ortiz, 2022). Os dois estudos restantes apresentaram perspectivas mais abrangentes, como o trabalho de Castilho (2012) e o de Martins (2022).

Diante das produções identificadas o que observou-se foram questões e problemáticas comuns em seus vários espaços denominados de núcleos, centros. Porém, essas questões embora à primeira vista pareçam semelhantes o contexto em que elas se apresentam depende de como os núcleos/centros estão organizados, sistematizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma Universidade inclusiva está além das questões pedagógicas, sendo as barreiras atitudinais que são consideradas um dos maiores obstáculos para a inclusão das pessoas com deficiência na nossa sociedade.

No geral, alguns estudos mostraram-se voltados muitas vezes a um dos contextos para efetividade da inclusão de estudantes com deficiência, por exemplo: acessibilidade arquitetônica, falta de recursos, profissionais habilitados. O que ainda observa-se é a falta de diálogo entre os diversos setores/departamentos para que se discutam e se voltem para esse conjunto de questões que muitas vezes se mostram pulverizadas.

Para superar tais obstáculos é preciso que as Instituições de Ensino Superior se reorganizem estruturalmente, junto com os serviços de atendimentos educacional especializado a ser oferecido pelos núcleos/centros, e criem estratégias que diminua e elimine as barreiras atitudinais, pedagógicas, de comunicação e tecnológicas para o acesso e permanência dos estudantes públicos da Educação Especial no ensino superior.

REFERÊNCIAS

- BORBA, D. L. C. **Núcleo de Acessibilidade na Universidade Federal de Pernambuco: o que aponta o contexto da prática sobre a inclusão de estudantes com deficiência.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2021.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Brasília, DF: PR, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 15 junho 2023.
- BRASIL, Ministério da Educação, SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso: em 10 set 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.
- CASTILHO, A. C. **Caracterização das condições de acessibilidade previstas para o acadêmico com necessidades.** Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual do Maringá (UEMA), 2012.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Secretaria de Educação Superior. Edital nº 2. **Programa Incluir.** N. 93, seção 3, p. 39-40, 17 de maio de 2005. Disponível em <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=39&data=17/05/2005>>
- DOMINGUES, K. T. **Núcleo de acessibilidade: um olhar sobre os contextos das políticas de inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Goiás (UFG), 2021.
- LUZ, K. L. B. **Os caminhos da política de acessibilidade da UFG como afirmação dos direitos das pessoas com deficiência.** Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos), Universidade Federal de Goiás (UFG), 2018.
- MARTINS, J. L. **Os Núcleos de Acessibilidade das Universidades Públicas Federais: uma análise do norte brasileiro.** Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2022
- MOROSINI, M. C; e FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, 5(2), 154–164., 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/18875>.
- ORTIZ, L. A. Y. C. **A Política de acessibilidade e inclusão para as pessoas com deficiência na Universidade Federal do Maranhão (UFMA): uma avaliação política da política.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas Diretoria de Acessibilidade), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2022.
- PEREIRA, J. O. **Políticas institucionais de acessibilidade na educação superior: percursos e desafios para a inclusão de alunos com deficiência na UFMA.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Maranhão (UFMA), 2017.
- REIS, N. M. M. **Política de inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais na Educação Superior.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, 2010
- SANTANA, M. Z. **Políticas públicas de educação inclusiva voltada para estudantes com deficiência na educação superior: o caso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).** Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, 2016.
- SOUZA, B. C. S. **Programa INCLUIR (2005-2009): uma iniciativa governamental de educação especial para a educação superior no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2010.
- SOUZA, F. M. **Inclusão ao ensino superior de alunos com deficiência em uma universidade do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) FEEVALE, 2019.